

Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

O centro do poder

FLORESTAN FERNANDES

O mandato presidencial não é o eixo de uma crise política: ele desnuda o sistema de poder vigente. Os que pretendiam que a democracia passasse pelo fundo da agulha, isto é, pelo Colégio Eleitoral, queriam o impossível. A conciliação conservadora gerou um sistema de poder que permita um impraticável arranjo político. Os chefes militares aí representavam, naturalmente a ditadura. A cúpula do PMDB, para "evitar o recrudescimento" (!), desistia da luta democrática em troca da parte que lhe cabia no bolo. Os "liberais" emergiam do governo ou dos círculos mais favorecidos do poder ditatorial com a disposição explícita de preservar posições conquistadas (ou ampliá-las). Vivo ou morto, Tancredo Neves nada poderia fazer para tirar o país do impasse forjado por tal arranjo. Ele poderia continuar a "transição lenta, gradual e segura", pela qual os militares saíam e ficavam, ao mesmo tempo, à testa do poder. Eles saíam do campo de visibilidade, mas ficavam como os guardiões da ordem e o garante da "Nova República". Esta se condenava a um imobilismo penoso, que iria custar muito caro à nação. Para tornar-se uma República democrática teria de submeter-se ao crivo da legitimidade política, através de sucessivas eleições e da instauração de uma Assembleia Nacional Constituinte dotada de poder originário.

Entre 1964 e 1985 o país passara por modificações substanciais e um vasto setor das classes trabalhadoras e dos oprimidos em geral emergiam na cena histórica e "forçavam passagem" na esfera política. A luta contra a ditadura forjara a atuação articulada de várias entidades, que alargaram o espaço da contestação democrática na sociedade civil e infundiram novos conteúdos à rebeldia dos "setores médios" mais insatisfeitos. Portanto, existia um substrato social e político para arrancar a "Nova República" do imobilismo. Porém, isso não sucedeu e a razão é clara. A Aliança Democrática, o governo, as Forças Armadas e, a partir de então, discreta mas eficazmente, a Igreja Católica alinharam-se na defesa da "transição lenta, gradual e segura", por temor à luta de classes e aos imprevisíveis de uma alternativa de contestação civil marcada pela violência!... Ora, a violência estava entranhada no sistema de



poder e não fora senão atenuada ou sofisticada. O que se incentivava era a continuidade da liberalização progressiva do regime anterior e o fortalecimento, dentro da "Nova República", das forças conservadoras e reacionárias, que haviam engendrado o pacto conservador e o levaram adiante com um sangue frio e um egoísmo exemplares.

A principal vítima dessa reciclagem do sistema de poder ditatorial e de sua "democratização" foi o povo. As causas populares continuaram, como antes, com fraco suporte no seio da sociedade civil. A outra vítima foi o PMDB, paradoxalmente o partido que, pelas aparências, mais se beneficiou com a remodelagem da "transição lenta, gradual e segura", rebatizada pelos líderes peemedebistas como "transição democrática" e entronizada como a vaca sagrada do partido. O PMDB teve de engolir o "entulho autoritário", submeter-se à ausência forçada de um sistema de partidos e eleitoral autenticamente democrático, acatar as "pressões do Planalto" — que são pressões da camarilha governamental e do seu esteio militar — e engolfar-se em um sistema fisiológico de prebendas, que é pré-republicano e antinacional. Em suma, vitorioso nas urnas, o PMDB adquire a face do regime vigente,

embora preserve em seus quadros, em suas bases e entre alguns dirigentes e o grosso dos simpatizantes as características que ganhara como a frente de luta antiditatorial, nacionalista e democrática, que marcara sua trajetória até o pacto conservador. A própria anuência da cúpula do PMDB a este pacto se explica por sua flexibilidade à assimilação de políticos fortemente identificados com o conservadorismo econômico e político, tendência que se tornou incontornável posteriormente, a ponto do partido converter-se no melhor trampolim para a eleição de candidatos egressos dos antigos partidos da ordem, com passado arenista e pedessista.

Aí temos o quadro global: um governo de duas faces, uma sub-republicana e outra "autoritária" (ou seja, ditatorial); um partido da ordem reformista, o PMDB, que desmente no plano institucional o seu passado, as suas bandeiras e os seus compromissos com a nação; e uma Assembleia Nacional Constituinte que foi, simultaneamente, castrada pelo "Poder Executivo" e por sua própria maioria parlamentar conservadora da condição de Poder Constituinte soberano e originário. Não obstante, a sociedade civil não acom-

panhou passivamente essa evolução. A resistência civil cresceu e tornou-se, não só vociferante mas ameaçadora, no campo e na cidade. Os muros que poderiam segregar a ANC da sociedade civil foram transpostos pela participação popular e pela militância engajada dos partidos de esquerda (o PT, o PDT, o PC do B, o PS, e, oscilantemente, o PCB) ou pelo radicalismo democrático dos setores "progressistas" do PMDB (e que medra também, em escala pessoal variável, mesmo no PFL, no PTB e no PDS). Em consequência, o sistema de poder da "Nova República" vê-se ameaçado. Ele não possui flexibilidade e vitalidade para conviver com uma ANC que não esteja no bolso do colete do "presidente", isto é, que não seja um penduricalho do "Planalto" e do "Forte Apache". O PMDB perdeu a oportunidade de ser o principal fator da consolidação de um regime democrático. Todavia, a própria existência de um poder legítimo, consubstanciado na ANC — mesmo que ela não se porte como tal em toda a plenitude — expulsa o poder legítimo, configurado na composição e na atividade da "Nova República". Isso é percebido até pela massa do povo e põe em questão o sistema de poder espúrio vigente, não só na figura do seu presidente e do seu mandato.

Não é à toa que os políticos conservadores agitam a questão do mandato e, com ela, a da natureza do regime, presidencialista ou parlamentarista (com várias deformações, que traem a origem e a natureza da preocupação). O país está cansado de ilegalidade, de manipulação irrefletida e corrupta do poder político estatal. O PMDB aparece, cada vez mais, como uma esperança perdida. A ANC começa a ser vista como um poder vazio, um simulacro de poder. O governo ficou sozinho no palco, como o verdadeiro responsável pelo descalabro da economia, o agente da crise política e o obstáculo real à transformação da sociedade brasileira. Herdeiro da ditadura e seu continuador, cai sobre ele a maldição que pesara sobre ela e a raiva concentrada de todos os que pagam os altos custos de sua incompetência e de sua hipocrisia.

FLORESTAN FERNANDES, 66, sociólogo, é deputado federal (PT-SP), ex-professor catedrático e atual professor emérito da USP e docente da PUC-SP.

Ditador constitucional

VICTOR FACCIANI

O debate do problema institucional brasileiro atinge hoje em nosso país proporções que bem demonstram a sua fundamental importância, e a discussão sobre a condução política da nação brasileira, nesse momento histórico da elaboração da nova Constituição, faz com que todos nos debruçemos sobre as alternativas existentes, entre as quais se encontra a adoção do sistema parlamentar de governo.

Na verdade, em razão das constantes crises institucionais, de há muito se preconiza a implantação do parlamentarismo em nosso país, em caráter definitivo, dentro do qual os abalos políticos venham a ser solucionados sem a ruptura da ordem institucional.

A experiência histórica brasileira revela que o processo presidencialista convencional, calcado sobre o modelo primitivo norte-americano, estranho às nossas raízes e à formação de nosso povo, não poderia dar o resultado sonhado pelos seus idealizadores e que as consequências da aplicação de tal processo só poderiam descambar para esse estado de permanente sobressalto e intranquilidade, sujeitos como estamos a um sistema orientado pela política pessoal de um presidente da República que acumula os papéis de chefe de Estado e chefe de governo, equívoco aliás reiterado na proposta do Relator, senador Fogaça, aprovada pela Subcomissão do Poder Executivo, na primeira etapa de decisões da Constituinte.

Tal equívoco caracteriza o presidencialismo, mas jamais um parlamentarismo. Caracteriza um presidencialismo misto ou exacerbado, pois vai mais além do que propõe Miguel Reale com seu "presidencialismo mitigado", já que concede a quem também chefia o governo o poder de dissolver a Câmara dos Deputados. No parlamentarismo tal poder é dado ao presidente apenas como chefe de Estado, Poder Moderador, Magistrado Supremo da nação, condição que inexistente no instante em que também passa a acumular a chefia do governo.

Esperamos pois que, na próxima etapa da Constituinte, tão flagrante equívoco venha a ser corrigido, além da paradoxal distinção que a Subcomissão do Poder Executivo fez entre duas categorias de ministros de Estado, ao aprovar a emenda de Expedito Machado. Uma categoria passível do voto de confiança e desconfiança, e outra não.

Uma reflexão profunda e a observação atenta dos fatos ocorridos nestes quase cem anos de República presidencialista, levam-nos a concluir que o presidencialismo impede o fortalecimento dos partidos políticos, do Parlamento, de uma burocracia de carreira estável, da livre iniciativa, da iniciativa privada e da própria sociedade em instituição organizada, marginalizando a tudo e a todos, quando a democracia deles não pode prescindir.

Pela excessiva concentração de po-

der, e na melhor das hipóteses, nosso regime presidencialista tem resultado na figura do ditador constitucional, e as crises políticas que têm surgido, por falta de um mecanismo que flexibilize mudanças de orientação, sem traumas e sem enfraquecer e desgastar a figura do chefe de Estado, transformam-se quase sempre em impasse.

A solução clássica para esse dilema, ou seja, evitar que as crises se transformem em impasses, é a adoção do sistema parlamentar de governo que, não temos dúvidas, consiste na mais fundamental das mudanças que a Constituinte pode ensejar para o país, como pré-requisito à sustentação das demais reformas necessárias ao aperfeiçoamento e consolidação da democracia, fortalecimento da federação, da livre iniciativa e dos partidos políticos, a valorização do Congresso Nacional e a permanente participação do povo.

O Brasil precisa decidir se vai continuar se caracterizando pela tutela do governo sobre a sociedade, ou se vai estabelecer o primado da democracia, ficando o governo subordinado à sociedade, ou seja, ao povo como sociedade organizada.

"É claro — já dizia o professor César Saldanha nos debates travados durante o simpósio sobre o parlamentarismo realizado em 1983 no Congresso Nacional — o parlamentarismo se fundamentará nos conflitos ideológicos, mas ele será uma força atenuante dos conflitos

ideológicos. Na medida em que ele permite a alternância, na medida em que ele permite a discussão por idéias, ele vai produzindo uma moderação, de modo que teremos no Brasil, sem dúvida nenhuma, com o parlamentarismo, uma reformulação total da vida política partidária, um realinhamento das opiniões."

No dizer do grande proponente do parlamentarismo no Brasil, deputado Raul Pilla, "a marcha da humanidade faz-se regularmente da opressão para a liberdade". O parlamentarismo, esta excepcional forma de governo, que cria verdadeiramente a responsabilidade dos governos perante os governados e estabelece o fim da impunidade pelos mandos e desmandos governamentais, é um passo importante na construção de instituições políticas que permitem tal marcha.

Afirma ainda Raul Pilla que a grande justificação doutrinária do sistema parlamentar é que "o povo não é, com o regime parlamentar de governo, o soberano de um dia, o dia da eleição, mas verdadeiramente o soberano e senhor dos seus destinos, porque, por intermédio de seus representantes, a sua influência se está continuamente exercendo no governo".

VICTOR FACCIANI, 45, advogado e economista, é deputado federal (PDS-RS) e secretário-geral da Frente Parlamentar Interpartidária do Congresso constituinte.